

V CBEO - Curitiba



V CONGRESSO BRASILEIRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS
Curitiba-PR - Brasil

A REFORMA DE CÓRDOBA: DE POSSIBILIDADES REVOLUCIONÁRIAS A APROPRIAÇÃO
INSTITUCIONAL

Jaqueline Silinske (UFRGS) - jaquelinesilinske@gmail.com

Aluna de doutorado na Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Sueli Maria Goulart Silva (UFRGS) - sueli.goulart@ufrgs.br

Professora Associada na Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A Reforma de Córdoba: de possibilidades revolucionárias a apropriação institucional

Resolvemos chamar todas as coisas pelos nomes que têm. Córdoba se redime. A partir de hoje contamos para o país uma vergonha a menos e uma liberdade a mais. As dores que ficam são as liberdades que faltam. Acreditamos que não erramos, as ressonâncias do coração nos advertem: estamos pisando sobre uma revolução, estamos vivendo uma hora americana (MANIFESTO DE CÓRDOBA, 1918).

As ações estudantis que ocorreram em Córdoba consistiram em um ponto importante de referência para a Universidade latino-americana no século XIX. Os estudantes combateram as premissas ideológicas da época, que compreendiam, entre outros, o ensino baseado na razão teológica e destinado às elites. Dessa maneira, “o Manifesto de Córdoba sinalizava o descontentamento com um “estado de coisas” que naquele período configurava a universidade e a prática docente universitária” (MARIZ, 2007, p. 76).

Pensar e construir uma universidade a partir da América Latina foi um dos desafios que o movimento estudantil defendeu em seu Manifesto de 21 de junho de 1918 (FREITAS NETO, 2011). O movimento de Córdoba é um modo diferenciado de compreender o pensamento latino-americano, em que existe o desejo de emancipação e ruptura as maneiras de sujeição (BOBADILLA, 2010). Para o referido autor, a América Latina possui em sua constituição um desejo emancipatório em sua terra, em seu povo e em sua história.

O manifesto nasce em um contexto de disputa da compreensão dos propósitos e métodos do ensino universitário ao declarar uma posição pela transformação de uma realidade que possui uma tendência de manutenção de acontecimentos (MARIZ, 2007). A ênfase era na democratização da tomada de decisão na universidade, opondo-se ao modelo de centralização e elitismo da estrutura universitária existente.

A experiência de Córdoba combatia a interferência do clero e dos setores mais reacionários, bem como buscava a defesa do princípio da autonomia, que em outros países, e por diversas vezes durante os anos seguintes, foi necessária para enfrentar pressões governamentais (FREITAS NETO, 2011). Também, o manifesto discorria sobre as estruturas de cátedras que representavam um “espetáculo de imobilidade senil”, relações pedagógicas relacionadas a prática docente e sobre a participação dos estudantes no modelo de gestão da Universidade (MARIZ, 2007).

Para o filósofo argentino Terán (1998) o movimento da Reforma de Córdoba foi um dos movimentos de alcances continentais mais exitosos em todo o século XX, ao ponto de que somente com o advento da Revolução Cubana pode-se encontrar outro de semelhantes proporções latino-americanistas. Como resultado do calor da reforma universitária, surgiram núcleos de estudantes associados ao proletariado, que se dedicaram à difusão de ideias sociais avançadas e ao estudo de teorias marxistas; nasceram universidades populares com conceitos diferentes de períodos anteriores; e saíram da universidade grupos de estudiosos de economia e sociologia que colocaram seus conhecimentos em prol dos trabalhadores (MARIÁTEGUI, 2008).

Apesar de terem se observado reformas universitárias no México, Chile, Cuba, Colômbia e Peru em períodos aproximados, os princípios sustentados pela Reforma de Córdoba foram mais amplamente disseminados por sua influência no movimento estudantil da América desde seu primeiro enunciado (MARIÁTEGUI, 2008). O alcance do espírito do movimento de Córdoba ocorreu em vários países da América Latina,

gerando um sentimento estudantil de luta contra o academicismo e o conservadorismo existentes.

Em relação a essas observações, este trabalho pretende problematizar os reflexos da Reforma de Córdoba na concepção de Ensino Superior na América Latina expressos nas Conferências Regionais de Educação Superior (CRES) na América Latina e Caribe, organizadas pela UNESCO, desde 1996, tendo a primeira sido realizada naquela data, em La Habana (Cuba) e a segunda em Cartagena de Índias (Colômbia). A terceira realizar-se-á em junho de 2018, em Córdoba (Argentina), ocasião em que se celebrará os 100 anos do Manifesto de Córdoba.

Escolhemos selecionar estas Conferências para examinar a concepção de ensino superior que defendem em razão de, em ambas já realizadas, serem feitas alusões expressas à Reforma de Córdoba e do grande apelo e expectativas postas para este ano de celebração do centenário do Manifesto. Faremos isto descrevendo, brevemente a Reforma e elementos pinçados das Declarações e Planos resultantes das Conferências já realizadas e dos temas e preparativos para a próxima. A proposição é aprofundar, posteriormente, a investigação sobre o contexto socioeconômico e político em que ocorreram tais eventos, iniciando pelo final da década de 1910; seguindo com os momentos em que se realizaram as CRES, apresentando seus principais resultados e encaminhamentos, indicativos da concepção de ensino superior nelas construídas.

A Reforma de Córdoba acompanha o surgimento de uma nova geração de estudantes latino-americanos que lutaram em prol da transformação da Universidade em que estudavam. Segundo Mariátegui (2008), movimentos semelhantes ao de Córdoba ocorreram também em outros países da América Latina, como Uruguai, Chile, Peru, etc., e sugeriam que os estudantes falavam a mesma linguagem, mesmo que levados à luta por protestos peculiares da sua vida cotidiana (MARIÁTEGUI, 2008).

O processo de agitação da juventude teve influências externas para emergir com força no contexto da sociedade latino-americana. Foi permeado por eventos importantes, tais como, o avanço do imperialismo yanque e a consolidação da revolução russa, movimentando-se por influências pacifistas e democrático-liberais de Wilson, pelo idealismo do séc. XIX e por um discurso de confiança na ciência postulada pelo positivismo (ALONSO, TARAZONA, 2011). A influência da corrente wilsoniana ocorreu entre 1918-1919, com a ideia da Liga das Nações como meio de resolver conflitos e promover a paz e a “felicidade dos povos”, traduzindo-se entre a juventude como uma onda revolucionária (MARIÁTEGUI, 2008).

Embora o movimento estudantil não estivesse, naquele momento, com uma orientação ideológica definida, a aproximação com os trabalhadores forneceu bases para um rumo de luta. Nesse sentido, Mariátegui (2008) afirma que as vanguardas universitárias definiram uma colaboração estreita com os sindicatos operários, com a experiência de combate contra as forças conservadoras e pela crítica concreta dos interesses e princípios da ordem vigente com a finalidade de alcançar uma orientação ideológica demarcada. Essa estreita solidariedade entre estudantes e operários levou a concepção de universidade popular por intermédio das ideias socialistas e do estudo da teoria marxista (RAMPINELLI, 2011).

Também houve a ascensão da classe média argentina, que passou a reivindicar acesso ao ensino superior, antes destinado a camadas como o clero e a antiga oligarquia. A maioria dos estudantes pertencia a graduações da classe média, advinda principalmente da proletarização dessa classe como resultado social e econômico da guerra (MARIÁTEGUI, 2008). A universidade era concebida, pela perspectiva da nova classe média, como o caminho para sua ascensão política e social, motivo que levou a defesa

do rompimento da universidade como reduto das classes superiores (BERNHEIM, 1998).

Para Mariano Hurtado de Mendoza, a reforma universitária é uma consequência da proletarização da classe média que ocorre quando uma sociedade capitalista chega a determinadas condições de seu desenvolvimento econômico e a universidade, como tipo ideal de instituição capitalista, passa a sofrer seus efeitos (MARIÁTEGUI, 2008). Por isso, “não é possível democratizar o ensino de um país sem democratizar sua economia e sem democratizar, finalmente, sua superestrutura política” (MARIÁTEGUI, 2008, p. 127). Dessa forma “tornar a universidade uma instituição democrática é uma tarefa de todos, principalmente no movimento estudantil, em estreita colaboração com os movimentos progressistas em geral” (RAMPINELLI, 2011, p. 48).

Postulando enfaticamente pela democracia universitária, o Manifesto demandava especificamente: a) concursos e cátedras livres para evitar a imobilidade e inadequação do corpo docente; b) gratuidade do ensino e assistência estudantil como mecanismos de incorporação de estudantes de baixa renda; c) novas faculdades e carreiras com formação para o desenvolvimento profissional, científico e tecnológico e, especialmente, romper as influências de disciplinas associadas ao caráter teológico dominante; d) transformação da extensão universitária, até então elitista e isolada da vida da maioria da população; e) construção de uma unidade latino-americana contra a ditadura e o imperialismo de potências europeias (RUIZ, 1995).

É, então, à luz desses elementos que iremos investigar as Declarações e Planos produzidos no âmbito das CRES para compreender a concepção de ensino superior que a UNESCO, como organismo internacional influente sobre o destino das políticas de educação nos países periféricos tem vindo a defender. Neste resumo, fazemos breves indicações que serão posteriormente aprofundadas.

A Declaração da I CRES (1996) fez alusão à Reforma de Córdoba (1918) destacando a promoção de um movimento de democratização da universidade, por meio da construção de vínculos entre a universidade e a sociedade. A declaração descrevia que o apoio público ao ensino superior continuava indispensável e mencionava que os governos deviam assegurar o cumprimento do direito a educação. A concepção do ensino superior como bem público compreendia que sua avaliação não podia limitar-se a indicadores econômicos quantitativos; logo, necessitava ser prioridade a realização de sua avaliação social na perspectiva do desenvolvimento humano. Portanto, para que a Universidade cumprisse seu papel social, o Estado deveria comprometer-se com seu financiamento.

A Declaração da II CRES (2008) reafirmava a concepção de educação postulada em 1996, como um bem público social, um direito humano universal e um dever do Estado. O caráter público social da educação superior devia reafirmar o direito real de acesso a todos os cidadãos. A Declaração alertava para o enfrentamento de correntes que forçavam a mercantilização e privatização da educação superior e a redução do apoio e financiamento do Estado. Demonstrava, ainda, que a educação superior não poderia deixar-se guiar por instituições com fins comerciais ou pela lógica do mercado. A proposta postulava uma educação voltada a valores, que compreendia a riqueza da história, cultura, literatura e artes.

A próxima Conferência Regional de Educação Superior será realizada em 2018, em Córdoba, para celebração do I Centenário do Manifesto e tem sido precedida de Conferências Nacionais e Regionais realizadas ao longo dos dois últimos anos, como foi o caso das realizadas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O evento será realizado levando em consideração o primeiro centenário da Reforma Universitária de

1918 ocorrida em Córdoba, onde o movimento estudantil pensava uma Universidade a partir da América Latina.

A sequência desta proposição se debruçará sobre o exame e análise das Declarações produzidas, buscando identificar seus postulados e recomendações centrais, confrontando-os com os expressos no Manifesto de 1918, guardados os devidos cuidados para não incorrer em anacronismos frente a afirmações temporais ou culturais do século passado.

Referências Bibliográficas

ALONSO, G. D. S.; TARAZONA, Á. A. De la reforma de Córdoba al Cordobazo: La universidad como escenario de las luchas por la democracia en Argentina, 1918-1969 y su impacto en Colombia Memorias. **Revista Digital de Historia y Arqueología desde el Caribe**, v. 8, n. 15, p. 170 -195, nov. 2011.

BERNHEIM, C. T. La reforma universitaria de Córdoba. **Educación Superior y Sociedad**, v. 9, n. 1, p. 103-127, 1998.

BOBADILLA, C. G. P. Reforma de Córdoba: grito de resistencia y quiebre oligárquico. **Revista Izquierdas**, v. 3, n. 8, p. 1-26, 2010.

CONFERENCIA REGIONAL DE EDUCACIÓN SUPERIOR 1996. **Declaracion**, La Habana, Cuba, nov. 1996. Disponível em: <<http://www.unesco.org/education/educprog/wche/havdecs.html>>. Acesso em: 15 set. 2017.

CONFERENCIA REGIONAL DE EDUCACIÓN SUPERIOR 2008. **Declaración de la conferencia regional de la educación superior en américa latina y el caribe - CRES 2008**, Cartagena de Indias, Colombia, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.cres2018.org/uploads/Declaracio%CC%81n%20CRES%202008.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2017.

FREITAS NETO, J. A. de. A reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade latino-americana". **En Ensino Superior Unicamp**, v. 3, p. 62-73, 2011.

MANIFESTO DE CÓRDOBA. **Da Juventude Argentina de Córdoba aos homens livres da América: Manifesto de Córdoba**. 21 jun. 1918. Disponível em: <<http://lh.eng.br/testes/wp-content/uploads/2015/06/Manifesto-de-C%C3%B3rdoba-1918-Portugu%C3%AAs-e-Espanhol.pdf>>. Acesso em: 1 out. 2017.

MARIÁTEGUI, J. C. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular: Clacso, 2008.

MARIZ, R. S. Cem anos depois: entre o manifesto córdoba e os novos-velhos desafios do continente. **Integración y Conocimiento**, v. 2, n. 7, p. 74-86, 2017.

RAMPINELLI, W. J. A democracia na Universidade Brasileira: Simulacro ou arremedo? **In**: RAMPINELLI, W. J.; OURIQUES, N. Crítica à razão acadêmica: reflexão sobre a universidade contemporânea. Florianópolis: Insular, 2011. p. 43-72.

RUIZ, A. **Universidad y sociedad en América latina.** 1 ed. São José: Editorial Flacso, 1995.

TERÁN, O. **Ideas en el siglo: intelectuales y cultura en el siglo XX latinoamericano.** Buenos Aires: Siglo XXI, 1998.